

Paulo Assunção

O COLÉGIO JESUÍTICO DA BAHIA: ENTRE A SUA FUNDAÇÃO E A INVASÃO HOLANDESA

RESUMO

O Colégio da Bahia, foi o mais importante núcleo de educação do período colonial, funcionando com Cursos de Primeiras Letras, Humanidades, Filosofia e Teologia. Como destacou Serafim Leite, muitos jovens passaram por aquele colégio seguindo posteriormente carreiras civil, militar e religiosa. O reconhecimento pelas autoridades locais e pelo poder monárquico foi comum entre os séculos XVI a XVIII, sendo considerado o Colégio Máximo da Província. Este artigo visa a destacar o processo de formação do Colégio da Bahia no decorrer do século XVI até o momento da invasão holandesa, dando ênfase ao processo de edificação do colégio e as necessidades materiais para funcionamento da instituição.

Palavras-chave: jesuítas; Colégio da Bahia; Ilustração.

THE JESUIT SCHOOL OF BAHIA: BETWEEN ITS FOUNDATION AND THE DUTCH INVASION

ABSTRACT

The School of Bahia was the most important educational center in the colonial period, as it functioned by offering Primary Education Courses, Humanities, Philosophy and Theology. As Sarafim Leite pointed out, many young people studied in that school later pursuing civil, military and religious careers. The recognition by the local authorities as well as the monarchic power was common between the centuries XVI to XVIII, when it was considered the best school in the province. This article aims to point out the process of formation of the School of Bahia from the XVI century until the Dutch invasion, emphasizing its building process and the material needs indispensable for its operation.

Keywords: Jesuits; School of Bahia; Enlightenment.

EL COLEGIO JESUÍTICO DE BAHÍA: ENTRE SU FUNDACIÓN Y LA INVASIÓN HOLANDESA

RESUMEN

El Colegio de Bahía fue el centro más importante de la educación de la época colonial, funcionando con Cursos de Primeras Letras, Humanidades, Filosofía y Teología. Como se ha señalado Serafim Leite, muchos jóvenes que pasaron por el colegio siguieron carreras civil, militar y religiosa. El reconocimiento por parte de las autoridades locales y por el poder monárquico era común entre los siglos XVI y XVIII y era evaluado Colegio Máximo de la Provincia. Este artículo pretende poner de relieve el proceso de formación del Colegio de Bahía durante el siglo XVI hasta el momento de la invasión holandesa, con un énfasis en el proceso de construcción del colegio y las necesidades materiales para el funcionamiento de la institución.

Palabras clave: Jesuitas; Colegio de Bahía; Ilustración.

A expansão da Companhia Jesus foi ascendente após a eleição de Inácio de Loyola como Geral da Ordem, em 13 de abril de 1541, data em que conso- lida o início oficial da ordem religiosa¹. A partir deste momento, os jesuítas passaram a atuar em diferentes partes do globo terrestre, exercendo, além das práticas religiosas, as mais diversas atividades. A despeito das perseguições iniciais, a Companhia de Jesus conseguiu se estabelecer, conquistando a respeitabilidade que propiciou o rápido crescimento da instituição.

A escrita das cartas pelos jesuítas atendia a uma das virtudes essenciais na vida religiosa da Companhia de Jesus, que era a obediência ao Padre Superior². Este era um voto importante, feito pelo religioso, como a “manifestação da responsabilidade humana e liberdade cristã”³. Conforme orientação, as cartas deveriam ser elaboradas regularmente pelo Provincial ou seu substituto⁴. Tomamos como exemplo desse tipo de correspondência a carta que o Pe. Inácio de Loyola enviou ao Pe. Manuel da Nóbrega, em 15 de agosto de 1553, em que o fundador da Companhia aconselhava:

En las letras mostrables se dirá en cuántas partes ay residentia de los de la Companhia, cuántos ay en cada una, y en qué entienden, tocando lo que haze a edificación; asi mesmo cómo andan vestidos, de qué es su comer y beber, y las camas en que duermen, y qué costa haze cada uno dellos. También, quanto a la región esta, en qué clima, a cuántos grados, qué cómem etc.; qué casas tienen, y cuántas, según se dize, y que costumbres; cuántos christianos puede aver, cuántos gentiles o moros; y finalmente, como a otros pro curiosidade scriven muy particulares informaciones, así se scrivan a nuestro Padre, porque mejor sepa cómo se ha de proveer; y también satisfazer-se ha a muchos senores principales, devotos, que querían se scriviesse algo de lo que he dicho.⁵

Esta carta evidencia a importância de se identificar claramente cada uma das regiões em que os jesuítas atuavam, fazendo registros dos povos, da localização geográfica, das tradições e costumes locais, como se

realizassem um diagnóstico da terra. Da mesma maneira, era importante apresentar um prognóstico de como poderia ser feita a conquista espiritual e fornecer estimativas sobre a quantidade das almas a serem convertidas. Emitidas pelos Padres Superiores, estas informações continham detalhes sobre a realidade missionária em diferentes partes do mundo, como as condições materiais em que viviam os jesuítas, o comportamento moral dos religiosos, facultando, também, o planejamento de novas missões. Como bem observou Assunção: “O objetivo principal era a troca de informações precisas e regulares dos membros da Companhia com a sede em Roma, ao mesmo tempo em que servia de elo entre os membros da ordem”⁶. Para tanto, foi necessário disciplinar a redação de cartas, controlá-las e arquivá-las adequadamente.

O registro contínuo das atividades realizadas, os gastos de cada colégio e residência, constituíam, dentre outras, as preocupações constantes dos Padres Superiores, que solicitavam insistentemente os registros de tudo o que ocorria, bem como os inventários de cada propriedade. Este tipo de correspondência eram as cartas de negócios, como eram chamadas, nas quais as informações por vezes eram mais detalhadas, dependendo do que se pretendia informar.⁷

As cartas permitem acompanhar o processo de catequização e colonização das terras brasileiras em diferentes locais do território. Se por um lado eram fornecidas informações detalhadas sobre o que acontecia nos colégios e demais propriedades, por outro os religiosos também recebiam instruções, aconselhamentos, regulamentos de como deveriam encaminhar os problemas e conduzir as suas ações. Na maioria das vezes, as cartas são objetivas, muitas delas breves, pois eram escritas momentos antes das embarcações partirem. Cumpria-se assim a obediência de enviar informações aos superiores, sendo relatado o que tinha acontecido desde a última comunicação.

Em 1560 é delineado o ofício de Secretário da Companhia de Jesus, tratando-se especificamente das atribuições do Pe. Francisco Henriques. Cabia ao secretário escrever todas as cartas do Pe. Provincial, assim como de outras pessoas da Companhia de Jesus, ou seculares. Também era sua incumbência retirar registros das cartas que chegavam, bem como copiar as

cartas enviadas nos livros que deveriam ser destinados para isto. O secretário deveria estar atento ao que seria necessário realizar e enviar as missivas aos respectivos destinatários.⁸

A *priori*, foi definido que as cartas deveriam ser quadrimestrais. Contudo, conforme a 2ª. Congregação Geral, realizada em 1565, ficou estabelecido que deveriam ser escritas cartas ânuas, visando a disciplinar a comunicação. Havia também os catálogos que elencavam os religiosos em cada unidade com registro sobre entrada, falecimento e outras informações que porventura tivessem importância.⁹

As recomendações do Pe. Geral, expedidas em 1567 e 1569, orientavam que em cada colégio existisse um livro que registrasse a origem e funcionamento de cada unidade, fazendo menção aos principais acontecimentos, tanto no âmbito espiritual como temporal.¹⁰

O Pe. Cristóvão Gouveia, ao visitar as terras da América Portuguesa, determinou que cartas fossem escritas em duas vias, observando alguns procedimentos: a cada sábado, recolher dos religiosos as ocorrências importantes e registrá-las devidamente. Cada colégio deveria enviar uma carta ânuas aos demais colégios, informando sobre os principais acontecimentos. Aqueles que se encontrassem nas aldeias deveriam escrever ao colégio a que pertenciam, a cada três meses. As cartas recebidas do reino deveriam ser acondicionadas adequadamente. O Pe. Cristóvão Gouveia observava que as cartas ânuas que seguiam do Brasil para Portugal eram “magras” e permitiam inferir o “pouco fruto”. Isto não correspondia à realidade. Entendia o visitador que as cartas deveriam ser mais detalhadas, contendo notícias esclarecedoras sobre as conquistas realizadas, principalmente sobre aldeias e colégios que iniciavam as suas atividades.¹¹

No decorrer dos dois séculos de permanência dos jesuítas no Brasil, as inúmeras cartas preservadas fornecem importantes informações sobre a Companhia de Jesus e a realidade do período colonial. Por meio de missivas pretendemos traçar um quadro do Colégio da Bahia entre o século XVI até a invasão holandesa em Salvador (1624), tratando de aspectos do seu funcionamento e da sua transformação no decorrer deste período.¹²

O Colégio da Bahia foi o mais importante núcleo de educação do período colonial, funcionando com

Cursos de Primeiras Letras, Humanidades, Filosofia e Teologia¹³. Como destacou Serafim Leite, muitos jovens passaram por aquele colégio seguindo posteriormente carreiras civil, militar e religiosa¹⁴. O reconhecimento pelas autoridades locais e pelo poder monárquico foi comum no decorrer dos séculos XVI a XVIII, sendo considerado o Colégio Máximo da Província.

Em 1549, D. João III, dando num novo ordenamento ao processo de ocupação das terras americanas, criou o cargo de governador-geral. Tomé de Sousa (1503-1579) foi o primeiro a ocupar esta função. Enquanto militar, nos idos de 1535, Tomé de Sousa participara de ações no norte da África, em Arzila, onde obteve o título de fidalgo. Recebeu o *Regimento de 17 de dezembro de 1548*, que estabelecia normas para fundar, fortificar e proceder ao povoamento da cidade de Salvador, na capitania da Bahia.

Pe. Manuel da Nóbrega (1517-1570) liderou o grupo de jesuítas que seguiu junto com o primeiro governador-geral. Faziam parte desta expedição os Padres: Leonardo Nunes, António Pires, João Azpilcueta Navarro, e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome, que vieram a ser posteriormente ordenados¹⁵. O grupo aportou em terras tropicais em 29 de março de 1549, dando início aos trabalhos de conquista espiritual. Passados quatro meses, Manuel da Nóbrega escreveu ao Pe. Simão Rodrigues, fornecendo um registro importante sobre a construção da primeira casa e colégio dos jesuítas¹⁶. Procurava explicar em detalhes os motivos que o levaram a escolher tal local:

Eu trabalhei por escolher um bom lugar para o nosso Colégio dentro da cerca e somente achei um, que lá vai por mostra a S.A., o qual tem muitos inconvenientes, porque fica muito junto da Sé e duas igrejas juntas não é bom, e é pequeno, porque onde se há de fazer a casa não tem mais que X braças, posto que tenha ao comprimento da costa 40; e não tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa mui íngreme e com muita sujeição da Cidade. E, portanto, a todos nos parece muito melhor um teso que está logo além da cerca, para a parte de onde se há de estender a Cidade, de maneira que antes de muitos anos

podemos ficar no meio, ou pouco menos da gente, e está logo aí uma Aldeia perto, onde nós começamos a batizar, e na qual já temos nossa habitação. Está sobre o mar, tem água ao redor do Colégio, e dentro dele tem muito lugar para hortas e pomares; é perto dos cristãos assim velhos como novos. Somente me põe um inconveniente o Governador: não ficar dentro da Cidade e poder haver guerra com o gentio [...].¹⁷

A construção original, ocupada pelos primeiros jesuítas, era muito pequena, pois os religiosos escolheram uma área no lugar conhecido como Nossa Senhora da Ajuda, capela que ficaria famosa no decorrer dos anos¹⁸. A chegada de um clérigo para atender aos colonos fez que os jesuítas deixassem aquele local e construíssem uma nova casa e igreja no monte Calvário, que ficava mais próxima de algumas aldeias e, por decorrência, favorecia o acesso aos indígenas¹⁹. Além disso, outros fatores foram considerados como: segurança contra os ataques de tribos inimigas, facilidade de abastecimento de produtos agrícolas, abastecimento de água potável etc.

Pe. Manuel da Nóbrega foi o idealizador do Colégio da Bahia²⁰, concebendo o número de escravos para a sua manutenção e os recursos financeiros para a construção. O sustento inicial para os jesuítas era de dois mil e quatrocentos réis, pago em gêneros alimentícios e outros produtos provenientes dos armazéns reais, conforme definição do provedor-mor. O local escolhido, em 1551, ficava junto aos muros da cidade, tornando-se conhecido como Terreiro de Jesus. Construíram-se os cômodos necessários para o funcionamento da instituição, com recursos doados pelo monarca D. João III.²¹

Um novo grupo de padres jesuítas chegou às terras americanas, em 1550: Afonso Braz, Francisco Pires, Salvador Rodrigues e Manuel de Paiva, os quais vinham acompanhados de órfãos recolhidos na ribeira de Lisboa para serem criados e educados em Salvador. Estes jovens, acrescidos de outros órfãos da terra, que viviam sem os ensinamentos da doutrina cristã, foram a base do Colégio dos Meninos de Jesus, que posteriormente ficaria conhecido como Colégio da Bahia.²²

Os constantes pedidos do Pe. Manuel de Nóbrega conseguiram do governador a doação da sesmária denominada de Água dos Meninos para o cultivo e obtenção dos recursos necessários ao sustento, além de casa e dinheiro²³. A exploração da terra, feita por escravos indígenas, garantiu o suprimento das necessidades básicas nos primeiros anos²⁴. Estavam criadas, portanto, as condições mínimas para que o Colégio da Bahia pudesse atuar na catequização e na educação das crianças.

Em 1551, chegavam novos órfãos enviados de Lisboa para se reunirem aos meninos que haviam chegado no ano anterior. Pelas cartas jesuíticas, constata-se a intensa atividade dos religiosos com as crianças, principalmente por ocasião das festas religiosas. Todavia, a experiência do Colégio dos Meninos de Jesus não teve longa duração. Como observa Serafim Leite, a Confraria dos Órfãos deveria, segundo a legislação portuguesa, estar isenta de impostos. Na prática, o que se observou foi que os oficiais dos reis exigiam o pagamento de dízimos dos mantimentos, comprometendo a manutenção das crianças e dos religiosos. Além disso, a chegada do Bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, gerou uma série de questões no que dizia respeito à propriedade da Companhia de Jesus e suas práticas. A reação do Pe. Manuel da Nóbrega foi imediata; relatou o fato aos superiores, reafirmando que o processo de catequização exigia a posse de bens temporais²⁵. O assunto demorou a ser equacionado; passou por diferentes entraves, tendo em vista legislação específica em favor dos órfãos, que envolvia, dentre outros problemas, a questão da responsabilidade da administração de bens de alguns órfãos.²⁶

Desde o início, havia um debate sobre com quais rendas deveria ser fundado o Colégio da Bahia e de onde fluiriam outros recursos para mantê-lo funcionando. Entre os próprios religiosos foram sugeridas várias formas, ora defendendo uma porcentagem sobre os dízimos, ora por meio de dotações reais que deveriam incluir a posse de terras e escravos²⁷. As cartas enviadas ao monarca lusitano solicitavam recursos financeiros para as necessidades prementes e a definição de doações de longa duração.

Em agosto de 1551, o Pe. Manuel da Nóbrega escreveu ao Pe. Simão Rodrigues, relatando os últimos acontecimentos. Registrava que a casa que estava sendo

construída tinha os trabalhos bem avançados, sem o rei ajudar em coisa alguma. O investimento no que estava sendo feito procedia de esmolas do governador e de outros homens virtuosos. Esta casa era para recolher e ensinar os filhos do gentio convertido, atendendo também aos mestiços da terra e alguns órfãos²⁸. Confessava que, por sorte, contava com Nuno Garcia, um desterrado²⁹, como o responsável pelas obras, já que este era o seu ofício no reino.

No mês seguinte, o próprio Pe. Manoel da Nóbrega escrevia ao monarca D. João III prestando contas das ações realizadas e pedindo favorecimento ao colégio, cuja construção já havia sido iniciada e contava com aproximadamente 20 meninos. Pedia a D. João III para mandar o governador, Tomé de Sousa, construir casa para os meninos, porque a que estava sendo feita pelas mãos dos religiosos teria pouca durabilidade, e fornecer alguns escravos da Guiné destinados à agricultura, para a obtenção mantimentos.³⁰

Em 1553, o governador Tomé de Souza foi sucedido por Duarte da Costa, que chegou à Bahia em 13 de julho daquele ano, com um grupo de 250 pessoas, dentre eles alguns jesuítas. Compunham este grupo os padres: Luiz da Grã, Braz Lourenço e Ambrósio Pires. Quatro Irmãos os acompanhavam, a saber: José de Anchieta, João Gonçalves, Antônio Blasques e Gregório Serrão³¹. Esse ano também marcaria a criação da Província do Brasil da Companhia de Jesus.

O governo de Duarte da Costa não foi tranquilo. Realizou combates ferrenhos contra os indígenas e organizou entradas pelo sertão baiano. Sua administração ficou marcada pelo embate com o primeiro bispo D. Pero Fernandes Sardinha (1496-1556), que criticava a agressividade e o comportamento imoral de Álvaro da Costa, filho do governador. Tal desavença gerou tensões no processo de colonização, promovendo acusações mútuas, nas quais os jesuítas estiveram envolvidos.³²

A despeito dos impasses, em 1553, começou a ser construída a nova igreja pelo Pe. Manuel da Nóbrega, que rapidamente sofreria uma acentuada deterioração. No pequeno colégio passaram a ser ministradas aulas de latim pelo Irmão Antônio Blasques.³³

Em 21 de março de 1554, D. João III determinou ao governador, Duarte da Costa, construir na cidade de Salvador um colégio similar àquele existente ao Colé-

gio de Santo Antão de Lisboa. Nesta missiva o monarca acusava que os religiosos não estavam recebendo o que fora estipulado na Carta régia de 1º de janeiro de 1551. Por conseguinte, solicitava que o pagamento fosse realizado imediatamente.³⁴

No ano de 1555, o Colégio da Bahia contava com 24 moços, número que foi acrescido de outros 18 ou 20 recém-chegados do reino. Tal situação era crítica e exigia soluções quanto à aquisição de recursos para a manutenção de todos eles.³⁵

As determinações vindas da metrópole para que se construísse um colégio similar ao de Santo Antão, em Lisboa, foi executada. Ocorreu uma nova fundação. O antigo Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia foi elevado a colégio canônico, passando a ser conhecido como Colégio de Jesus, o qual se dedicou, *a priori*, ao ensino da gramática em latim e ao ensino de ler e escrever.³⁶

Em maio de 1556, as *Constituições da Companhia de Jesus* chegaram ao colégio da Bahia, enviadas de Portugal pelo Dr. Miguel Torres, conforme registra o Pe. Luís da Grã na carta de oito de junho de 1556³⁷. Nesta ocasião, o Pe. Manuel da Nóbrega se encontrava na região de São Vicente e enviou uma carta ao Pe. Miguel Torres, tratando de várias questões, dentre elas a construção de um colégio na Bahia. Enfatizava que o monarca deveria:

dar cousa certa e dotar-lho para sempre, que seja manutenção, para certos estudantes da Companhia, e não deve aceitar V.P. dada de terras com escravos, que fação mantimentos para o colégio, senão cousa certa, ou dos dízimos, ou tanto cada ano de seu tesouro, salvo se lá acharem maneira com que nós em nada nos ocupemos nisso, o qual eu não sei como possa ser.³⁸

Uma vez atendida tal determinação, em 1557, os jesuítas contavam com uma “casa grande de setenta e nove palmos de comprimento e vinte de largo”³⁹. Nas dependências do edifício havia espaço para dormitório, sacristia, área de estudo e igreja. Neste mesmo ano, Diogo Álvares Caramuru faleceu, deixando ao colégio metade da sua terça. Este legado, como muitos outros

que seriam feitos no decorrer dos anos pelos fiéis, seria importante para impulsionar as obras do colégio.

Em 11 de junho de 1557 faleceu D. João III. A viúva do monarca, D. Catarina d'Áustria, assumiu a regência do trono entre 1557 e 1562, durante a menoridade do neto, D. Sebastião (1557-1578). A rainha favoreceu os religiosos fazendo diversas concessões.⁴⁰

Em 1558 chegava à Bahia o novo governador geral, Mem de Sá (1500-1572), que se tornaria um dos grandes benfeitores da Companhia de Jesus, tendo como principal missão acalmar os gentios revoltados. Mem de Sá foi sensível às questões que envolviam o sustento dos jesuítas e favoreceu o Colégio da Bahia quanto a melhores condições de funcionamento. Como destacou Serafim Leite, Mem de Sá estava comprometido com a missão “civilizadora e cristã” dos religiosos.⁴¹

As atividades do Colégio da Bahia eram registradas pelo Pe. António Blazques que, com o Pe. Ambrósio Pires, ensinava aos da casa e a quatro ou cinco capelães da Sé, sendo ainda pequeno o número de estudantes⁴². Em julho de 1559, o Pe. Manuel da Nóbrega registrava que pouca gente se encontrava no colégio porque os Padres e Irmãos estavam repartidos pelas igrejas e aldeias, fazendo seus ofícios. Alguns filhos de índios habitavam ali, mas eram poucos porque a falta de mantimentos era grande.⁴³

Mem de Sá, constatando o estado de ruína da igreja construída pelo Pe. Manuel da Nóbrega, decidiu construir outra, no ano de 1561. O novo templo religioso só ficaria pronto em 1572.⁴⁴ Ele também foi responsável pela ampliação do colégio e reparo das partes do antigo edifício em ruínas. Mem de Sá adotou uma política menos hostil em favor dos indígenas, apoiando os jesuítas na defesa da liberdade dos nativos. Nesse momento, fez a doação de 12 léguas de terra no Camamu, que se transformariam, no decorrer dos anos, na base de abastecimento do Colégio da Bahia⁴⁵. O governador também fez doação de terras em Passé⁴⁶, para que os religiosos pudessem “fazer mantimentos e criações pera sustentação do dito Collegio”. A extensão era de uma terra de largo e outra de comprido⁴⁷. Três anos depois, os religiosos obtiveram uma nova sesmaria no Passé, feitas também por Mem de Sá. O fiel Lázaro de Arevolo, no mesmo ano, também fez doação de terras contíguas às existentes naquela região.⁴⁸

Os jesuítas lutaram junto à coroa portuguesa para manterem um grande número de religiosos da Companhia de Jesus na América Portuguesa, assim como de recursos para os colégios. O monarca, na sua dotação, considerou especialmente a construção do Colégio da Bahia:

assentey com o parecer do meu conselho, de mandar acabar nas ditas partes hum collegio da dita Companhia na cidade do Salvador da capitania da Baya de todos os santos, onde já está começado; o qual colégio fosse tal que nelle podessem residir e estar até sessenta pessoas da dita Companhia, que lhe parece que por agora deve aver pellos diversos lugares e muitas partes em que os ditos Padres residem e a que do dito collegio são enviados pera bem da conversão e outras obras de serviço de Nosso Senhor, e pera sustentação do dito collegio e religiosos delle ey por bem de lhes aplicar e dotar, e de feito por esta minha carta de doação doto e aplico huma redizima de todos os dízimos e direitos que tenho e me pertencem e ao diante pertencerem nas ditas partes do Brasil, assi na capitania da Baya e de todos os santos, como nas outras capitánias e povoações dellas; pera que o dito reitor e Padres do dito collegio tenham e ajão a dita redizima do primeiro dia do mês de janeiro do ano que vem de quinhentos sessenta e cinco em diante pera sempre, assi e da maneira que a my e a coroa destes reinos pertencem e melhor se con direito melhor o poderem aver; [...].⁴⁹

Salientava ainda que:

e pêra sustentação do dito Colégio, e religiosos dele, hei por bem de lhes aplicar e dotar, e de feito por esta minha carta de doação, doto e aplico, uma redizima de todos os dízimos e direitos que tenho e me pertencem e ao diante pertencerem, nas ditas partes do Brasil, assim na Capitania da Baía de Todos os Santos, como nas outras Capitánias e povoações delas; para que o dito Reitor e Padres do

dito Colégio tenham e hajam a dita redizima do primeiro dia do mês de Janeiro do ano que vem de quinhentos sessenta e cinco em diante, pèra sempre.⁵⁰

Na fase seguinte a dotação passou a ser feita do rendimento das alfândegas, o que também gerou dificuldades e inúmeros debates⁵¹. As controvérsias foram muitas e acabariam por comprometer o funcionamento do colégio, tendo em conta a falta de pagamento dos rendimentos, situação que se estenderia pelo século XVII.

Em 31 de maio de 1564, o Pe. António Blazques, depois de relatar o árduo trabalho na conquista de almas, fez um registro sucinto quanto à parte material do edifício. Dizia que a construção era de taipa e cada dia estava se arruinando, mas que já havia sido ordenado que outra fosse feita. Os trabalhos já estavam em curso, junto com a igreja de pedra e cal que o governador-geral mandara executar. No local se fazia diariamente a doutrina aos escravos e aos brancos. Todavia, como estes eram ocupados pelos seus senhores em diferentes serviços, a frequência era baixa. Aos domingos o fluxo de pessoas para o culto era maior⁵². Meses depois, o próprio Pe. António Blazques, em outra missiva, mencionava a deterioração do edifício antigo, que era de taipa e coberto de palha. A nova construção prosseguia, mas a pobreza de recursos impedia que as obras avançassem com rapidez. Afirmava:

porque la pobreza y posibilidadde nuestra no puede sufrir grandes gastos porque nuestros Padres y Hermanos son los que de quando en quando andan con el pilón en las manos, supliendo las vezes de los jornaleros”. Confessava o orgulho de participar de um processo que era o de construir uma nova residência para que os missionários viessem lançar as sementes. Os sofrimentos eram muitos e dizia ao Pe. Diego Mirón se ele “supieesse quán áspera ha sido la crux do Brasil, quán desatinadas las persecuciones, quán desarrezoanadas las queexas que algún tempo de nós tuvieron”⁵³

Em sete de novembro, D. Sebastião, confirmando as ações do avô, D. João III, no que dizia respeito à fun-

dação de colégios, fez um padrão de doação. Entendendo que quanto mais fosse o número de religiosos, maiores seriam os benefícios, determinava que fosse feita dotação para a manutenção dos jesuítas, em especial para que eles acabassem o colégio da cidade de Salvador. Este edifício deveria abrigar aproximadamente 60 pessoas, e para que o projeto de colonização avançasse, determinou o pagamento de uma “redizima de todos os dízimos e dereitos, que tenho e me pertencem ao diante nas ditas partes do Brasil, assi na Capitania da Baya de Todos os Santos como nas outras Capitánias e povoações dellas”⁵⁴. Esta redizima poderia ser arrecada a cada um ano livremente nas “propias cousas em que os ditos dízimos e dereitos se arrecadarem”⁵⁵

Em janeiro de 1568, o Pe. Amaro Gonçalves escreveu, de Salvador, para o Pe. Francisco de Borja, relatando que no Colégio da Bahia havia 33 moradores, sendo 15 deles sacerdotes e os demais Irmãos. Todos estavam bem, apesar das dificuldades para o exercício da missão. O espaço era pequeno, mas havia refeitório e outros cômodos que permitiam o respeito às regras da Companhia de Jesus⁵⁶. O colégio contava, então, com uma sala de aula grande para os cursos de casos e latinidade e um amplo pátio. Para avançar com os estudos foi solicitado à Congregação Provincial o funcionamento dos cursos de Dialética e Teologia no Colégio da Bahia. O pedido foi aceito com autorização para que as aulas tivessem início. Quatro anos depois, os cursos de Dialética e Teologia estavam sendo ministrados pelo primeiro lente, o Pe. Gonçalo Leite. A falta de estudantes comprometeu o funcionamento regular desses estudos.⁵⁷

Em 1568, no relatório da visita feita à província do Brasil pelo Pe. Inácio de Azevedo, comunicava-se:

Enquanto se não paga por inteiro o que S. Alteza manda dar pera sustentação do Collegio dos Padres da Companhia, que estão pólas Capitánias e outras partes sustentar-se-ão de esmolas, fora do Collegio, quanto ao comer, tirando em S. Vicente e Piratininga que o tem. E se limitará certa couza pólo Provincial a cada casa, pera o vestido, vinho, azeite e calçado e outras couzas do Reino, de redizima e do mais que El-Rey dá pera o Collegio da Baya; e onde a redizima sobejar, como he em

Pernambuco, também lho restringirão. E cada hum mandarão o que lhe assi for dado, ao Reino por letra avendo quem a passe, à mão do Procurador Geral, que tem cuydado das couzas desta Província, mandando-lhe pedir, por lista, o que hão mister.⁵⁸

Os trabalhos no Colégio da Bahia prosseguiram apesar dos revezes enfrentados. Um deles era a elevação de preços de material de construção, procedente do reino, praticada pelos mercadores. Ante tal circunstância, os religiosos interpelaram o monarca, D. Sebastião, para que este determinasse ao ouvidor geral e aos ouvidores da capitania que fizessem “dar em vender” toda a pedra, cal, madeira e outros materiais para as obras do colégio⁵⁹. Novas terras foram adquiridas, enquanto o soberano lusitano determinava ao governador que aplicasse “metade do dinheiro das comutações dos degredos a que tivessem sido condenadas quaisquer pessoas”⁶⁰. Naquele momento, os religiosos possuíam terras defronte ao colégio, uma casa nova de pedra com o respectivo cais para desembarcar, como também terras que estavam aforadas e outras que poderiam ser aforadas. No caminho que seguia do colégio até a Igreja Sé os religiosos eram proprietários de casas alugadas.⁶¹

Em dois de março de 1572, Mem de Sá morria em Salvador, o grande benfeitor da Companhia de Jesus⁶². Em seu testamento deixava como herdeiros seus filhos Francisco de Sá e Felipa de Sá. Contudo, em 19 de dezembro de 1572, Francisco de Sá faleceu, ficando sua irmã como herdeira universal de todos os bens. Filipa de Sá se casou com D. Fernando de Noronha, filho primogênito dos Condes de Linhares (Francisco de Noronha, 2º. Conde de Linhares, e Violante de Andrade). Pelo testamento, o Engenho de Sergipe do Conde, que pertencia a Mem de Sá, passou para administração de D. Fernando de Noronha, ficando conhecido como Engenho do Conde ou Engenho de Sergipe do Conde⁶³. Neste mesmo ano, foi inaugurada a igreja do Colégio da Bahia, que passou também a servir de habitação para os padres e irmãos da Companhia de Jesus.⁶⁴

A grande quantidade de religiosos era incompatível com as modestas condições do colégio e residência. O desconforto era um problema habitualmente levantado nas missivas. A solicitação de novos membros

para atuarem na Bahia foi atendida e, em 1577, chegaram à Bahia os Padres Gregório Serrão (Procurador em Roma), Simão Travassos, Pedro Soares e Pedro de Andrade. Além dos Irmãos: Vicente Gonçalves, Manuel de Barros, Francisco Teixeira, Simão Gonçalves, Gonçalo Viegas, João Baptista, Gredeão Lobo, Tomás Fildi, João Vicente Yate, Bayardo Ventedio, Adrião João, Francisco Álvares e Francisco Dias.⁶⁵

O Irmão Francisco Dias havia trabalhado na construção da Igreja e casa de São Roque, em Lisboa. Logo após a sua chegada, passou a se dedicar aos trabalhos de edificação do novo Colégio da Bahia, bem como de outros edifícios da Companhia de Jesus construídos naquele período. A execução da obra foi realizada por religiosos e indígenas, nos trabalhos pesados, como o amassar do barro e o cavoucar para obter pedras.⁶⁶

Entre 1583 e 1590 o Pe. Cristóvão Gouveia realizou uma série de visitas pelas propriedades jesuíticas em Salvador, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, São Paulo⁶⁷. Estas visitas foram registradas por Fernão Cardim na *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*. Segundo o autor, os padres possuíam:

collegio novo quasi acabado; é uma quadra formosa com boa capella, livraria, e alguns trinta cubículos, os mais delles têm as janelas para o mar. O edificio é todo de pedra e cal de ostra, que é tão boa como a de pedra de Portugal. Os cubículos são grandes, os portaes de pedra, ás portas d'angelim, forradas de cedro; das janelas descobrimos grande parte da Bahia, e vemos os cardumes de peixes e balêas andar saltando n'agua, os navios estarem perto que quasi ficam á falla. A igreja é capaz, bem cheia de ricos ornamentos de damasco branco e roxo, veludo verde e carmesim, todos com tela d'ouro; tem uma cruz e thuribulo de prata, uma bôa custodia para endoenças, muitos e devotos painéis da vida de Christo e todos os Apostolos. Todos os três altares têm dóceis, com suas cortinas de tafetá carmesim; tem uma cruz de prata dou-rada, de maravilhosa obras, com Santo Lenho, três cabeças das Onze mil virgens, com outras muitas e grandes relíquias de santos, e uma

imagem de Nossa Senhora de S. Lucas, mui formosa e devota.⁶⁸

Acrescenta, ainda, que a cerca que protegia a propriedade era grande, indo até o mar. Os padres embarcavam dentro dos limites das suas terras, o que facilitava muito a mobilidade. Além disso, havia uma fonte de água perene, que servia também para recreio. No jardim haviam árvores de espinhos, como parreiras, que se mantinham verdes o ano todo, “com uvas, ou maduras ou em agraço”. Viviam na propriedade aproximadamente 60 religiosos.⁶⁹

Em 31 de dezembro, o Pe. Gouveia, na *Informação da Província do Brasil*, registrava que o Colégio da Bahia possuía:

claustro de pedra e cal, e na parte leste, fica a igreja e a sacristia; a do sul, tem por cima a capela e a enfermaria de boa grandura, por debaixo, dispensa e adega. O lanço do poente tem 19 quartos: nove por cima e dez por baixo, sobre o mar, com mais três janelas grandes, que fazem cruz nos corredores. Ao nordeste, ficam treze quartos, sete por cima e seis por baixo. Todos os quartos são forrados de cedro e maiores que os do Colégio de Coimbra. Os portais são de cantaria e o edifício é bem acomodado, mas está por acabar e falta, além disso, forrar e guarnecer os corredores.⁷⁰

Todavia, a construção não foi concluída, pois faltava um dos lados do claustro, que seria utilizado para o noviciado, casa dos velhos, oficinas e escolas. Também não tinham sido executadas as obras de um poço para atender aos moradores e às oficinas. Conforme destacou Serafim Leite, existiram três planos diferentes do Colégio e Igreja da Bahia, dentre os quais se destacavam o segundo e o terceiro plano, marcados por uma construção simétrica. A igreja ocupava o centro do conjunto, contando um pátio de cada lado, cortados por corredores que se cruzavam⁷¹. Por ocasião das averiguações feitas pelo Padre Visitador, o Pe. Fernão Cardim destacou a beleza das pinturas existentes na capela do Colégio da Bahia, em especial os painéis da Paixão de Cristo.⁷²

Em 1584, o colégio comprou 150 braças de terra a Maria de Almeida e no ano seguinte um terreno de António da Fonseca, na região do Rio Vermelho. Pouco a pouco, o patrimônio territorial da Companhia de Jesus crescia⁷³. No ano seguinte mais jesuítas desembarcaram na cidade de Salvador; eram os Padres: Francisco Soares (Padre Superior)⁷⁴ e Lourenço Cardim, com outros membros não identificados.⁷⁵

No decorrer do ano de 1586, novas aquisições de terreno foram feitas para compor o patrimônio do Colégio da Bahia. Foram adquiridas 300 braças de terras de Fernão Ribeiro de Sousa. Além destas, Braz Afonso fez a doação de toda a sua fazenda em favor do colégio.⁷⁶

Na visita que realizou ao Colégio da Bahia, no primeiro dia do ano de 1589, o Pe. Cristóvão de Gouveia registrou que as obras realizadas estavam diferentes do que tinha sido aprovado e previamente ordenado⁷⁷. Recomendou a continuidade dos trabalhos, respeitando as diretrizes definidas pelo Irmão Francisco Dias. A mudança identificada era na posição das oficinas, prevendo a abertura de uma nova rua pública e a aquisição de novos terrenos. Alguns habitantes, tendo como intuito lucrar com a venda de suas propriedades que ficavam adjacentes ao colégio, elevaram o valor das terras, inviabilizando o projeto primitivo, que foi alterado para que o edifício pudesse funcionar da melhor forma possível.⁷⁸

As dificuldades financeiras para erguer o colégio foram muitas e o Pe. Cristóvão de Gouveia julgou conveniente haver um fundo de reserva para garantir empréstimos de urgência. Para tanto, adquiriu quinhentos cruzados em ouro e determinou que este valor não fosse alienado.⁷⁹

Em 11 de maio de 1600, o Bispo D. António Barreiros faleceu, deixando para a construção da nova igreja do Colégio da Bahia algumas casas que valeriam cerca de seis mil cruzados⁸⁰. Em reconhecimento, o bispo foi sepultado na capela-mór da igreja construída na época de Mem de Sá⁸¹. Conforme as determinações internas da Companhia de Jesus, não era permitido construir novas edificações sem que antes fosse realizado um plano que levasse em conta a durabilidade da construção e a utilização de poucos recursos financeiros⁸². Em específico, no Colégio da Bahia, a falta de recursos comprometia a finalização dos cubículos, das oficinas

e da Igreja e, por isso, os religiosos defendiam o direito de possuir engenho e fabricar açúcar para garantir a manutenção de todos.⁸³

Em 1601, o Colégio da Bahia fundava um engenho nas terras do Passé, num momento em que havia pouca coesão interna entre os religiosos sobre se os colégios deveriam ter ou não ter engenho. Depois desta tentativa, há uma diminuição das atividades, interrompidas pelos ataques dos holandeses⁸⁴. Contudo, a posse de engenhos configurava-se como uma base de sustentação importante para a Companhia de Jesus e o tema voltou a ser debatido. Pode-se afirmar que o debate sobre a posse de engenhos se intensificou na medida em que estes poderiam gerar bons resultados para a Companhia de Jesus, como auxiliar nas construções de igrejas, residências e colégios e contribuir para a manutenção dos religiosos⁸⁵. A implantação do engenho foi alvo de controvérsia por ocasião da chegada do visitador Pe. Manuel de Lima e do seu secretário Jácome Monteiro, em 1607, que se manifestaram contrários a tal iniciativa, aconselhando a venda da propriedade, por entenderem que, no futuro, os prejuízos poderiam ser grandes. Havia outros problemas, e ficou decidido que o engenho deveria ter um feitor externo, nenhum padre poderia residir no local e a administração deveria ser feita por meio de visita a partir de alguma aldeia ou residência. Feito isto, e obtido um bom valor, o Pe. Visitador aconselhava que se vendesse a propriedade.⁸⁶

Havia, portanto, duas correntes no seio da Companhia de Jesus. Aqueles que defendiam a posse de engenhos e os contrários a tal iniciativa. Apesar dos debates, as terras do Camamu não foram vendidas, mas dadas em enfiteuse. A propriedade prosperou nas décadas seguintes. Contudo, nos idos de 1640 a propriedade foi incendiada pelos holandeses e o engenho não foi reconstruído.⁸⁷

Em 1610, o Pe. Jácome Monteiro descrevia com detalhe a região da Bahia, “a Lisboa do Brasil”. Destacava a localização geográfica, a propriedade da terra e a abundância de alimentos. A circulação de navios era intensa. Ancoravam em Salvador perto de cem navios. Era notável a grandeza dos 63 engenhos e das 600 fazendas (que poderiam chegar a 700), sendo muitas propriedades localizadas a beira mar. A produção de açúcar, nos anos favoráveis, era de 300 mil arrobas.

Descreve os tipos de engenhos, as características da casa das caldeiras e de purgar, além de estimar que para o manejo de um engenho fossem necessários em torno de 60 escravos e 40 bois, além de outros apetrechos para garantir o fluxo de produção. O registro preciso dava a dimensão do crescimento da cidade de Salvador, a mais promissora das cidades da América Portuguesa⁸⁸. Naquela época, Anrique Gomez (Henrique Gomes) informava ao Pe. Diogo Veloso, Procurador Geral da Província de Portugal, a necessidade de ajudar a Província do Brasil, que era pobre e dependia do apoio do reino para poder se desenvolver [Carta 1].

Em Portugal, nos idos de 1612, D. Filipa de Sá, já usufruindo do título de Condessa de Linhares, desejou apoiar a construção de uma igreja para os jesuítas, por quem mantinha grande apreço. Como fundadora, fez a primeira doação e a pedra fundamental foi lançada no ano seguinte. Tinha início a construção da Igreja de Santo Antão. Em seu testamento, feito em 1618, deixava o Engenho de Sergipe do Conde, com os mais bens que lhe pertencessem, para a construção da Igreja de Santo Antão. Em 2 de setembro de 1618, Filipa de Sá faleceu em Lisboa, tendo início uma disputa pelo seu patrimônio. Em questão estavam as disposições testamentárias de Filipa e aquelas feitas por Mem de Sá, seu pai. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia solicitou a entrega dos bens que lhe pertenciam, conforme terço do testamento de Mem de Sá. Por sua vez, o Colégio da Bahia pleiteou o que lhe era devido no tocante às terras do Camamu e às terras do Engenho de Sergipe do Conde.⁸⁹

A disputa implicou uma ampla troca de correspondência, cada qual defendendo os pontos que lhe convinham, tentando desqualificar os argumentos dos oponentes. As lacunas dos testamentos alimentavam o debate, que se estendeu por anos entre o Colégio de Santo Antão, o Colégio da Bahia e a Misericórdia da Bahia.

O terreno do Engenho de Sergipe do Conde fazia parte da doação feita por Mem de Sá à sua filha Filipa de Sá, que havia legado todos os seus bens ao Colégio de Santo Antão. A propriedade passou para os jesuítas portugueses na década de 1630, sendo decidido que o Pe. Estevão Pereira, procurador de Santo Antão, visitasse o local para verificar o que se poderia fazer com

a propriedade, atacada constantemente pelos índios aimorés⁹⁰. Ao visitar o local, o Pe. Estevão Pereira decidiu erguer uma nova casa de purga e dar continuidade à produção do engenho. Na propriedade havia água doce, terras próprias para canaviais, madeiras e condições favoráveis para a plantação de cana de açúcar⁹¹. Contudo, a retomada da produção enfrentava problemas com as dificuldades de cultivo e a oscilação dos preços do açúcar no mercado externo.

Em 1623 é posto em prática um plano que visava à tomada da Bahia e de outras áreas da colônia pelos holandeses. Uma poderosa esquadra comanda por Jacob Willekens e pelo vice-almirante Pieter Heyn deixou a Holanda com aproximadamente três mil e trezentos homens⁹². Seu destino era a tomada das terras coloniais portuguesas na América, em especial a capital da colônia. Em 1624, a Bahia foi invadida por holandeses, sendo o governador e seu filho presos e deportados para a Holanda, os quais só foram libertados em 1626. Em meio à conturbação gerada pelos invasores, assumiu a junta governativa composta por D. Marcos Teixeira de Mendonça (bispo de Salvador) e o auditor António Mesquita de Oliveira. D. Marcos Teixeira foi responsável por reunir a população e os recursos existentes para defender a cidade. Contudo, este veio a falecer em 8 de outubro de 1624, sem ver a vitória dos colonos.⁹³

O Pe. Antônio Vieira relata que, no dia da aparição de São Miguel, a 8 de maio de 1624, despontaram na costa baiana 24 velas holandesas. As embarcações, pelo que era de conhecimento em Salvador, já tinham roubado um navio vindo de Angola. A população foi conclamada pelo governador Diogo de Mendonça Furtado e pelo Bispo D. Marcos Teixeira a preparar a defesa. No dia seguinte, os inimigos holandeses deram sinal e começaram o ataque, que foi marcado por uma contínua artilharia⁹⁴. Enquanto isso, os padres do colégio confessaram e comungaram muitos habitantes. Os holandeses tomaram a cidade e a alternativa escolhida pelo Pe. Reitor⁹⁵ foi a de buscar refúgio na Quinta do Tanque (propriedade dos jesuítas), levando consigo tudo o que poderia ser protegido que pertencesse ao culto religioso. Outras dignidades eclesiásticas também foram acolhidas naquele local, além de vários membros da Companhia de Jesus. Em seguida, muitos deles passaram para as aldeias da proximidade.

Em meio ao tumulto, o que mais preocupava os religiosos, segundo Vieira, era o Padre Provincial e seus companheiros estarem regressando para Salvador, depois da visita ao Colégio do Rio de Janeiro. Tinham razão, pois, não tendo sido informados a respeito do ataque holandeses a tempo, foram capturados e presos por dois meses, sendo posteriormente levados para Flandres⁹⁶. Entre os religiosos capturados estavam: Pe. Domingos Coelho (Provincial da Companhia de Jesus no Brasil), Pe. João de Oliva (antigo reitor do Colégio do Rio de Janeiro), Pe. Manuel Tenreiro, Pe. António de Matos, Pe. Gaspar Ferreira e os Irmãos Manuel Martins, António Rodrigues, Agostinho Coelho e Agostinho Luiz.

Na ocasião, o Pe. Fernão Cardim foi nomeado para o cargo de reitor do Colégio da Bahia, como Vice-Provincial⁹⁷. As propriedades dos jesuítas foram ocupadas pelos holandeses, conforme relatou o Pe. Domingos Coelho, do cárcere, em 24 de outubro de 1624⁹⁸. Consta em seu relato que a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda foi transformada em um armazém de pólvora. A Igreja do Colégio da Bahia foi transformada em uma adega, e:

“no Noviciado se agasalhou a seu pregador, onde em lugar de noviços tem dois filhos seus por ser casado e ter doze, o qual como na capela dos noviços, que lhe serve de refeitório; e dos santuários em que os noviços tinham suas relíquias fez frascueira, pondo os frascos no próprio lugar em que dantes estavam as relíquias; em lugar das devotíssimas imagens, com que dantes estava ornada, puseram, em quadros, a do Conde Maurício, de sua irmã e outras semelhantes. Do restante do Colégio se agasalharam os mercadores principais de toda a armada, que no mesmo Colégio meteram, assim a fazenda, que trouxeram de Flandres, como muita parte da que tomaram na Cidade, de modo que o Colégio, que dantes servia de casa de oração, está feito uma pública loja e oficina de contratação, pelo que com muita razão lhe podemos dizer o que Cristo Senhor Nosso em semelhante ocasião disse aos Judeus: *Domus mea domus orationis est; vos autem fecistis eam speluncam latronum.*”⁹⁹

No decorrer dos ataques holandeses, as cartas registraram a destruição do colégio e as suas dívidas em Portugal, que girava por volta de 25.000 cruzados, conforme relato do Pe. Domingos Coelho. A situação belicosa fazia que a dotação real não chegasse, como também foi interrompido o fluxo de outras rendas. Isto agrava a manutenção de aproximadamente 100 religiosos que naquele momento estavam espalhados por aldeias, passando por necessidades¹⁰⁰. Os relatos de outros jesuítas permitem compreender com mais clareza o ataque, como também o processo de reconquista da cidade, que ocorreu em 1º de maio de 1625, sendo comemorado com alvoroço no Colégio da Bahia.¹⁰¹

Em suma, os jesuítas, em várias missivas, dirigidas aos padres superiores, procuradores, prefeitos e reitores, registraram a forma como atuavam e a dinâmica da sociedade colonial. Esta farta correspondência permite reconstituir e compreender o pano de fundo do contexto social em que os religiosos viviam e que acabaria por forjar a educação e identidade brasileira. A invasão holandesa impôs grandes perdas ao edifício da igreja do Colégio da Bahia, que foi reparado logo após a invasão, consumindo os escassos recursos disponíveis. Na década de 1640, quando da restauração do trono português, com a aclamação de D. João IV (1640-1656), em primeiro de dezembro de 1640, uma nova igreja seria erguida com o apoio da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDEN, Dauril. *The Making an Enterprise – The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond 1540-1750*. Califórnia: Stanford University Press, 1996.
- ANCHIETA, José de, S. J. *Cartas*. São Paulo: Loyola, 1984.
- _____. *Primeiros aldeamentos na Bahia, por Joseph de Anchieta*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- _____. *Textos históricos*. Prefácio e introdução de Hélio Abranches Viotti, São Paulo: Loyola, 1989.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *A terra dos Brasis: a natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2001.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos – o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- ASSUNÇÃO, Paulo. *A trama e o drama – o pensamento econômico do Pe. António Vieira*. Lisboa: Esfera do Caos, 2013.
- BANGERT, William V. *História da Companhia de Jesus*. Tradução de Joaquim dos Santos Abranches e Ana Maria Lago da Silva, São Paulo: Loyola, 1985.
- BOXER, Charles R. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Tradução de Maria Lucena Barros e Sá Conteiros, Lisboa: Setenta, 1981.
- BRASÃO, Eduardo. “Os quarenta mártires do Brasil: relação da Biblioteca da Ajuda sobre o martírio do padre Inácio de Azevedo e seus companheiros”, In: *Brasília*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943, vol. 2, p. 533-576.
- CARDIM, Fernão, S.J. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Os Lavradores de Almas*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Departamento de História), 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- FERREIRA Jr., Amálio (org.). *Educação jesuítica no mundo ibérico*. Brasília: Inep, 2007.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Uma fábrica colonial: trabalhos e técnicas nos engenhos brasileiros, séculos XVI-XIX*. In: História e tecnologia do açúcar. Funchal: CEHA, 2000, p. 183-206.
- FRANCA, Leonel, S. J. *O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”*, Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas – em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, 2006, vol. I.
- FRANCO, José Eduardo, e CALAFATE, Pedro (dir.), *Obra Completa Padre António Vieira*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013-2014.
- GIARD, Luce e VAUCELLES, Louis. *Les jésuites à l'âge baroque (1540-1640)*. Grenoble: Jérôme Millon, 1996.
- GUILLERMOU, Alain. *Les Jésuites*. Paris: P.U. F., 1992.
- LACOUTURE, Jean. *Jésuite: une multibiographie*. Paris: Seuil, 1991.
- LEITE, Serafim, S. J. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa/Rio de Janeiro: Brotéria/Livros de Portugal, 1953.
- _____. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (CPJB)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954, 4 volumes.

_____. *História das Companhia de Jesus no Brasil (HCJB)*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal/INL, 1938-1949.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A Presença do Brasil na Companhia de Jesus: 1549 - 1649*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Departamento de História), 1975.

O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Bauru: Edusc, 2004.

PAIVA, José Maria et alli. *Educação História e Cultura no Brasil Colônia*. São Paulo: Arké, 2007.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Segredos Internos - Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SILVA, Maria B. Nizza e JOHNSON, Harold. *O Império luso-brasileiro 1500-1620*. Lisboa: Estampa, 1992.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, Brasília: UNB, 1992.

VIOTTI, Hélio Abranches (org.). *Cartas - correspondência ativa e passiva Pe. Joseph de Anchieta, S.J.* São Paulo: Loyola, 1984.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de et ali. (org.). *Oriens da educação escolar no Brasil colonial*. Maringá: Editora da UEM, 2013.

WEHLING, Arno e Maria José C. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

- *Monumenta Brasiliae (IV) - (1563-1568)*. Roma: ARSI, 1960.

NOTAS

- O reconhecimento da Instituição pelo Papa Paulo III ocorreu em 27 de setembro de 1540, pela Bula "Regimini Militantis Ecclesiae".
- MISSIO, Edir. "As relações epistolares: humanistas e jesuítas". In: PAIVA, José Maria et alli. *Educação História e Cultura no Brasil Colônia*. São Paulo: Arké, 2007, p. 45-57.
- LEITE, Serafim. *História das Companhia de Jesus no Brasil (HCJB)*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal/INL, 1938-1949, vol. I, p. 13.
- O Padre Provincial era responsável por um conjunto de casas religiosas, cabendo-lhe tratar de todas as questões como nomeações, transferência e condução dos assuntos temporais. Era obrigação do Padre Provincial visitar anualmente a Província. LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. II, p. 458.
- Carta do P. Juan Polanco por comissão do P. Inácio de Loyola, Roma, 15 de agosto de 1553. LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (CPJB)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São

- Paulo, 1954, vol. I, p. 519.
- ASSUNÇÃO, Paulo. *A terra dos Brasis: a natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2001, p. 81.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos - o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 229.
- Informações dos ofícios do P. Francisco Henriques. Lisboa, 8 de agosto de 1561, LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. III, p. 384-385.
- Monumenta Brasiliae (IV) - (1563-1568)*. Roma: ARSI, 1960, p. 52.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. II, p. 535. O Papa Pio V, em 1567, concede à Companhia de Jesus a isenção dos pagamentos dos dízimos eclesiásticos das propriedades da Ordem.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. II, p. 535-536.
- ASSUNÇÃO, Paulo. *A trama e o drama - o pensamento econômico do Pe. Antônio Vieira*. Lisboa: Esfera do Caos, 2013, p. 162-170.
- Conforme o *Ratio Studiorum* de 1599, o curso de Letras Humanas era dividido em Retórica, Humanidades e Gramática. Esta última se dividia em Ínfima, Média e Suprema. Ver: COSTA, Célio Juvenal. "A racionalidade jesuítica na educação dos índios brasileiros (século 16)" In: FERREIRA Jr., Amarílio (org.). *Educação jesuítica no mundo ibérico*. Brasília: Inep, 2007, p. 93-107.
- ALDEN, Dauril. *The Making an Enterprise - The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond 1540-1750*. Califórnia: Stanford University Press, 1996, p. 73, e LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 69.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 18. Os navios saíram de Lisboa em 1º de fevereiro e chegaram à Bahia em 29 de março de 1549. LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 560.
- O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Bauru: Edusc, 2004, p. 125.
- Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Baía, 9 de agosto de 1549. LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 125-126.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. II, p. 597.
- "Historia dos Colégios do Brazil, copiada da Bibliotheca Nacional de Roma" In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: Thypographia Leuzinger, 1897, p. 51-144, citação p. 78.
- Conforme Leite destaca, há distinção entre colégio e casa, no que diz respeito aos estudos: "os colégios terão alunos de casa e de fora e estudos secundários e superiores. As casas, só escolas elementares para os de fora - como complemento da catequese". LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 109.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 48.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 34.
- Carta de Sesmaria da Água de Meninos, na cidade da Baía, feita pelo Governador Tomé de Sousa, a pedido do Pe. Manuel da Nóbrega. LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 151, e vol. II, p. 144.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 32.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 37-39.
- Ver *Ordenações Manuelinas*: Livro I, Título LXVII e LXVIII e Livro II, Título XXXV.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 111.
- LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. I, p. 258.
- Este havia assassinado um homem. LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. I, p. 271.
- LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. I, p. 293.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 561.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. II, p. 147-148.
- LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 72.
- LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. II, p. 37, e LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. II, p. 125. LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 41.

- 35 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 39.
- 36 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 45.
- 37 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. II, p. 416.
- 38 LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. II, p. 285.
- 39 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 49.
- 40 ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos – o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 117.
- 41 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. II, p. 151.
- 42 LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. II, p. 433.
- 43 FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas – em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*. Lisboa: Gradiva, 2006, vol. I, p.153-160, e LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. II, p. 115.
- 44 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 121.
- 45 *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 349-352.
- 46 Sertão do Iapacé, ou Passe, no Recôncavo da Bahia.
- 47 *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 29-30.
- 48 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 152. *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 33, p. 351-353, p. 343-345.
- 49 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 539. Ver: DORÉ, Andréa Carla e SABEH, Luiz Antonio. “A Educação humanista e a catequese jesuítica no Brasil”. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut de et ali. (org.). *Origens da educação escolar no Brasil colonial*. Maringá: Editora da UEM, 2013, p. 69-89.
- 50 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 114.
- 51 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 116-124. Em 29 de novembro de 1564, D. Sebastião fez a dotação do Colégio da Bahia, conforme provisão de 7 de novembro do mesmo ano. LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. IV, p. 111-3.
- 52 *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 64-67.
- 53 *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 91. O’MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Bauru: Edusc, 2004, 93 e 208.
- 54 *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 96-97.
- 55 *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 98. Ver também Alvará da fundação Régia do Colégio da Baía. *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 101-106.
- 56 *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 436.
- 57 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 76.
- 58 LEITE, Serafim. *CPJB*, vol. IV, p. 483-484. Para o catálogo completo da Província do Brasil em 1568, referente ao Colégio da Bahia ver: *Monumenta Brasiliae* (IV) – (1563-1568). Roma: ARSI, 1960, p. 475-480. Cabia ao padre procurador a administração dos assuntos referentes ao colégio e suas propriedade.
- 59 IANTT – Cartório Jesuítico – Maço 8, no. 7
- 60 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 52.
- 61 O aluguel rendia trinta e oito mil réis, a cada ano. LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 152.
- 62 Ocupou o cargo de governador geral, entre março e de dezembro, o seu sobrinho Salvador Correia de Sá (c. 1547-1631).
- 63 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 244.
- 64 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 51.
- 65 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 568.
- 66 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. II, p. 597.
- 67 CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006, p. 49-76.
- 68 CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 175.
- 69 CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 175-176.
- 70 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 53.
- 71 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 54-55.
- 72 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. II, p. 594.
- 73 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 153.
- 74 O Padre Superior era um dos responsáveis por conduzir a administração dos colégios, tratando de todas as demandas, assim como definir contratos de compra e venda.
- 75 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 569.
- 76 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 153.
- 77 CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006, p. 91-101.
- 78 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 56.
- 79 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 147.
- 80 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 154. Este também deixou dívidas e as propriedades foram vendidas.
- 81 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 119.
- 82 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 51.
- 83 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. I, p. 184. Sobre o meu social ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 77-98.
- 84 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 255.
- 85 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 106. Ver também: CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006, 304-311.
- 86 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 200.
- 87 ALDEN, Dauril. *The Making an Enterprise – The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond 1540-1750*. Califórnia: Standford University Press, 1996, 207.
- 88 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. VIII, p. 403.
- 89 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 244-246.
- 90 Sobre as terras de Sergipe do Conde ver: LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 252-254.
- 91 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 221.
- 92 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 27.
- 93 A tomada de Salvador esteve sob o comando do coronel Johan Van Dorth que também governaria a cidade durante o período de ocupação. LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 27.
- 94 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 29.
- 95 O Padre Reitor era o responsável pela administração do colégio jesuítico, tanto no que dizia à questão do ensino, bem como sobre a administração das propriedades.
- 96 Conforme destaca Serafim Leite: “O Colégio Máximo da Província do Brasil era o da Baía, e, segundo as Constituições da Companhia, no caso de faltar o Provincial, sem indicação de sucessor, o Reitor do Colégio Máximo assumiria essas funções até ser nomeado Provincial”. LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 32- 33.
- 97 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 35.
- 98 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 48. ARSI - 3 I Epp. Bras. (1550-1660) - p. 205r-206r.
- 99 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 42-43.
- 100 LEITE, Serafim. *HCJB*, vol. V, p. 46-47.
- 101 Sobre o momento ver: FRANCO, José Eduardo, e CALAFATE, Pedro (dir.), *Obra Completa Padre Antônio Vieira*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013-2014, Tomo I (epistolografia, vol. I), p. 109-138.

O AUTOR

Paulo de Assunção é Doutor em História Ibérica pela *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* – EHESS-Paris (França-2011); Doutor em História Econômica e Social pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal-2004) e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2001). Dedicou boa parte da sua investigação a questões de história cultural e econômica, turismo, arquitetura e urbanismo. Possui trabalho premiado pela Academia da Marinha de Portugal (2013), foi agraciado com o Prêmio Jabuti (2012) e Prêmio D. João VI do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (2008). É autor de diversos livros e artigos publicados em revistas acadêmicas nacionais e internacionais. Atualmente é professor do ensino superior, pesquisador do CNPQ e da FAPESP.